

Projeto Educativo

Anexo 9

Referencial de Avaliação e Classificação (RAC)



Agrupamento de Escolas de Pombal

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	3
II. AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA.....	3
1. PROPÓSITO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA	3
2. MODALIDADES DE AVALIAÇÃO	4
2.1. Avaliação Formativa	5
2.2. Avaliação sumativa	6
3. FEEDBACK	6
4. RUBRICAS DE AVALIAÇÃO.....	7
5. PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO	8
6. PROCESSOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO	9
III. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO AEP	10
1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS	10
2. OPERACIONALIZAÇÃO	11
IV. POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO DO AEP	12

I. INTRODUÇÃO

A avaliação deve assumir um caráter **precursor da melhoria das aprendizagens**, sendo imperativo aprofundar competências e conhecimentos sobre a avaliação das aprendizagens e consolidar as mudanças previstas na legislação, através da implementação de projetos pedagógicos e didáticos, ajustados à especificidade dos contextos educativos.

Assim, as escolas e os professores enfrentam desafios que exigem a redefinição, a reconstrução e a reinvenção de concepções e práticas.

Enquanto parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem, a avaliação assume-se como uma ferramenta importante de regulação e de orientação do percurso escolar, bem como de certificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas pelo aluno, independentemente do ciclo e da modalidade de ensino que frequenta.

O Referencial de Avaliação e Classificação (RAC) do AEP formaliza uma mudança de paradigma no processo de avaliação, decorre da implementação do Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação (MAIA) e foi elaborado de acordo com a legislação em vigor, a saber:

- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio);
- Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) (Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho);
- Educação Inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho);
- Autonomia e Flexibilidade Curricular (Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho);
- Portaria 223- A/2018, de 3 de agosto;
- Portaria 226- A/2018, de 7 de agosto;
- Portaria 235-A/2018 de 23 de agosto.

Tem ainda como referência as Aprendizagens Essenciais dos Ensinos Básico e Secundário e as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar.

II. AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA

A avaliação pedagógica deve ser utilizada pelos alunos e pelos professores para que se possam desenvolver as aprendizagens e as competências previstas nas OCEPE, nas AE, no PASEO e em outros documentos curriculares relevantes. Isto significa que, de forma sistemática, os alunos têm de ser claramente informados acerca do que é importante aprender, da situação em que se encontram relativamente às aprendizagens que têm de realizar e dos esforços e estratégias que é necessário fazer para o conseguir.

1. PROPÓSITO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA

O propósito mais relevante e fundamental da avaliação pedagógica é **contribuir para que os alunos aprendam**, não podendo esta ser confundida com a classificação nem com um processo ao serviço da produção de classificações. Deve ser de natureza essencialmente formativa, fornecendo feedback aos alunos e professores, com o objetivo de regular a aprendizagem e o ensino. O feedback é a peça central de qualquer processo de avaliação pedagógica.

A avaliação no Agrupamento de Escolas de Pombal (AEP) orienta-se pelos seguintes Princípios, que

REFERENCIAL DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

contribuem para tornar a avaliação num processo eminentemente pedagógico e para organizar as práticas, tendo em vista a melhoria das aprendizagens de todos os alunos.

PRINCÍPIOS	DESCRIÇÃO
TRANSPARÊNCIA	<p>O <i>Princípio da Transparência</i> é fundamental para que os alunos possam ter acesso a uma avaliação que lhes dê confiança.</p> <p>Os critérios, as finalidades, os procedimentos, os momentos, os intervenientes e os processos de recolha de informação a utilizar devem ser conhecidos pelos intervenientes. Tem de se garantir, sempre, que os alunos:</p> <ol style="list-style-type: none">compreendem os propósitos da avaliação, assim como a utilização que vai ser dada aos resultados da mesma;compreendem o que têm de aprender e o que é objeto de avaliação;compreendem as diferenças entre o que se considera um bom e um fraco desempenho;compreendem a importância da autoavaliação para distinguirem entre um bom e um fraco desempenho e para compreenderem os esforços que têm de fazer para aprenderem;são avaliados através de avaliações que traduzem bem os seus conhecimentos e tudo aquilo que são capazes de fazer;tomam conhecimento dos resultados da avaliação através de processos de comunicação claros, compreensíveis e úteis.
MELHORIA DA APRENDIZAGEM	<p>O <i>Princípio da Melhoria da Aprendizagem</i> determina que a avaliação deve ser um processo eminentemente pedagógico ao serviço da aprendizagem e da sua melhoria.</p> <p>A avaliação tem como propósito apoiar os alunos nas suas aprendizagens, informando-os acerca da sua situação, do seu progresso, em relação aos conteúdos, às capacidades, às competências e aos desempenhos que têm de desenvolver.</p>
INTEGRAÇÃO CURRICULAR	<p>O <i>Princípio da Integração Curricular</i> determina que a avaliação é um processo que tem de estar intrinsecamente articulado com o currículo e com o seu desenvolvimento.</p> <p>Neste sentido, as propostas de trabalho, ou as tarefas, que são apresentadas aos alunos serão sempre utilizadas numa tripla dimensão:</p> <ol style="list-style-type: none">devem permitir que os alunos aprendam;devem permitir que os professores ensinem;devem permitir que ambos avaliem as aprendizagens realizadas e o ensino.
POSITIVIDADE	<p>O <i>Princípio da Positividade</i> determina que não faz sentido recorrer a práticas que consistam na formulação de questões acerca de assuntos não abordados nas aulas, ou aos quais não foi dada relevância (incluindo rasteiras ou perguntas ambíguas).</p> <p>Aos alunos deve ser dada a possibilidade de demonstrarem o que sabem e o que são capazes de fazer, através da oportunidade de revelarem as capacidades, as atitudes e os saberes de que são possuidores.</p>
DIVERSIFICAÇÃO	<p>O <i>Princípio da Diversificação</i> assegura que a avaliação produz um retrato mais nítido da realidade e, por isso, mais próximo do que os alunos realmente sabem e são capazes de fazer, exigindo:</p> <ol style="list-style-type: none">a diversificação dos métodos e processos de recolha de informação;a diversificação dos intervenientes no processo de avaliação (e.g. encarregados de educação, outros docentes, alunos);a diversificação dos momentos e contextos de avaliação.

2. MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Distingue-se entre **Avaliação para as Aprendizagens** e **Avaliação das Aprendizagens**, para se sublinhar a diferença entre Avaliação Formativa e Avaliação Sumativa.

A avaliação formativa e a avaliação sumativa devem implicar processos rigorosos de recolha de informação e de comunicação com os alunos e não se podem confundir uma com a outra. Têm naturezas e propósitos distintos, ocorrem em momentos distintos e têm inserções pedagógicas distintas. Mas são, obviamente, processos complementares que podem e devem contribuir para apoiar o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos.

2.1. Avaliação Formativa

A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação e está associada a todo o tipo de tomada de decisão e de formas de regulação e de autorregulação que influenciam os processos de ensino e aprendizagem adequados às características dos alunos e às aprendizagens a desenvolver. Trata-se de uma avaliação para as aprendizagens. É Ipsativa e Criterial.

Além disso, a avaliação formativa tem de ser realizada quando os professores estão a ensinar e quando os alunos estão a aprender, ou seja, ela deve ocorrer durante os processos de ensino e aprendizagem.

Por natureza, a avaliação formativa exige uma outra forma de trabalhar nas salas de aula, com os alunos mais ativos e participativos na resolução das tarefas propostas pelos professores.

a) Utilização dos dados recolhidos no âmbito da Avaliação Formativa

Os dados recolhidos serão utilizados para dar feedback aos alunos, dando-lhes orientações que lhes permitam regular e autorregular as suas aprendizagens. Por natureza, as informações obtidas através das avaliações formativas não deverão ser mobilizadas para efeitos de se atribuírem classificações aos alunos.

b) Práticas de Avaliação Formativa

Para efeitos do desenvolvimento de práticas de avaliação formativa, para apoiar o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos e o ensino dos professores, interessa refletir e agir, tendo em conta aspetos tais como:

1. O feedback é o real conteúdo da avaliação formativa, pois é através dele que os alunos sabem o que têm de aprender, onde se encontram em relação à aprendizagem e o que têm de fazer para aprender.
2. Os alunos e as suas aprendizagens devem estar no centro de toda a ação pedagógica.
3. A avaliação formativa deve ser planeada tendo em vista um propósito fundamental: contribuir para que todos os alunos aprendam mais e melhor.
4. As dinâmicas de trabalho nas salas de aula devem ser igualmente diversificadas, podendo os alunos trabalhar em pequenos grupos, em pares ou no grande grupo com o apoio e a orientação dos seus professores.
5. A seleção das tarefas de trabalho a propor aos alunos tem de ser muito criteriosa, sendo necessário ter em conta que cada tarefa deverá cumprir uma tripla função, permitindo que os alunos aprendam, que os professores ensinem e que ambos avaliem.
6. As tarefas devem ser tão diversificadas quanto possível e, através delas, os alunos devem ter oportunidades reais para participar na avaliação das suas aprendizagens, quer através de processos de autoavaliação, quer através de processos de avaliação entre pares ou ainda através da avaliação em grande grupo.
7. A relação pedagógica que se estabelece entre professores e alunos é, comprovadamente, um elemento essencial para a criação de um clima favorável ao desenvolvimento das aprendizagens dos alunos.
8. Cada aula tem de ser meticolosamente pensada e planeada para prever diferentes momentos em que,
 - a) um aluno ou um grupo de alunos pode sintetizar o que se aprendeu na aula anterior;
 - b) o professor apresenta a tarefa a realizar na aula;

- c) os alunos trabalham sobre a tarefa em pequenos grupos com o apoio do professor;
- d) o professor pode fazer sínteses do trabalho que está a ser realizado ou dar feedback acerca do mesmo;
- e) um grupo de alunos pode apresentar o resultado do seu trabalho e fazer a síntese final.

2.2. Avaliação sumativa

A avaliação sumativa é pontual e permite elaborar um balanço, ou um ponto de situação, acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer no final de uma unidade didática ou após ter decorrido um certo período de tempo. É uma avaliação das aprendizagens.

a) Utilização dos dados recolhidos no âmbito da Avaliação Sumativa

Se os dados recolhidos no âmbito da avaliação sumativa forem utilizados para classificar os alunos, a avaliação sumativa tem propósitos classificatórios. Ou seja, é com base na avaliação sumativa que se tomam decisões relativas à progressão académica dos alunos e/ou à sua certificação no final de um dado ciclo de estudos.

Se esses dados forem utilizados para dar feedback aos alunos, dando-lhes orientações que lhes permitam regular e autorregular as suas aprendizagens, a avaliação sumativa não tem fins classificatórios, será utilizada com fins formativos e não pode ser mobilizada para atribuir classificações aos alunos.

b) Práticas de Avaliação Sumativa

As práticas da avaliação sumativa deverão assegurar que a recolha de informação seja rigorosa e consistente com as finalidades de aprendizagem constantes no currículo. Uma das formas de assegurar o rigor da avaliação sumativa é diversificar as técnicas e os processos de recolha de informação.

Poder-se-ão criar momentos de Avaliação Sumativa não Classificatória (ASNC) previamente aos momentos de Avaliação Sumativa Classificatória (ASC), para dar feedback de qualidade aos alunos.

3. FEEDBACK

O *feedback* é uma das competências centrais e mais poderosas que o professor deve dominar para garantir uma avaliação formativa com impacto positivo nas aprendizagens dos alunos:

- a) No plano cognitivo, fornece aos estudantes a informação de que eles precisam para compreender onde estão e o que precisam de fazer a seguir;
- b) No plano motivacional, desenvolve o sentimento de controlo sobre a sua própria aprendizagem e, por conseguinte, aumenta o grau de envolvimento dos alunos através de processos cada vez mais eficazes de autorregulação.

O *feedback* é o real conteúdo da avaliação formativa, pois é através dele que os alunos a) sabem o que têm de aprender, b) onde se encontram em relação à aprendizagem e c) o que têm de fazer para

aprenderem. Para se implementar um sistema de feedback é preciso considerar, pelo menos, três componentes distintas: *feed up*, *feed back* e *feed forward*.

Feed up

O *feed up* tem como principal finalidade clarificar os objetivos de aprendizagem, bem como os critérios a partir dos quais professores e alunos desenvolvem processos de regulação e autorregulação, numa lógica formativa. O grau de compreensão em relação aos objetivos de aprendizagem constitui um preditor do sucesso ou insucesso dos alunos: se os alunos compreenderem o que se espera deles, é muito provável que consigam orientar melhor as suas aprendizagens, adotar as melhores estratégias e autorregular o seu percurso.

O *Feed up* deve ocorrer antes do início de qualquer percurso de aprendizagem.

Feed back

O *feed back* é uma informação (oral ou escrita) que resulta da avaliação do progresso dos alunos e que, em consequência, sugere as ações que devem adotar para atingir os objetivos pretendidos.

O *feed back* implica que o professor esteja disponível para criar novas possibilidades de aprendizagem e de evidenciação das mesmas.

Quanto à **forma**, para ser eficaz, o *feed back* deve ser dado:

- a) enquanto os alunos ainda têm consciência do objetivo da aprendizagem e tempo para agir sobre ele;
- b) na quantidade suficiente para compreenderem o que têm de fazer e sem que o trabalho seja feito por eles;
- c) de acordo com o meio mais adequado e eficaz;
- d) de forma a atingir um ou mais alunos com uma informação específica.

Quanto ao **conteúdo**, para ser eficaz, o *feed back* deve:

- a) focar-se na tarefa, no processo e/ou na autorregulação (é ineficaz quando se foca na pessoa);
- b) privilegiar a comparação com critérios de avaliação ou rubricas (às vezes com o desempenho anterior do próprio aluno e raramente com os outros alunos);
- c) procurar descrever, mais do que julgar;
- d) assumir um caráter positivo (descrever o que foi bem feito e fornecer sugestões sobre o que pode ser melhorado).

Feed forward

O *feed forward* tem por base o feedback e implica que a informação recolhida (relativamente às dificuldades, obstáculos e problemas manifestados pelos alunos) seja utilizada também para o professor melhor preparar as atividades futuras de ensino e aprendizagem.

4. RUBRICAS DE AVALIAÇÃO

A utilização de rubricas de avaliação constitui um procedimento para apoiar a avaliação de uma grande diversidade de produções e desempenhos dos alunos, e por isso podem ser auxiliares para ajudarem quer os alunos, quer os professores, a avaliar a qualidade do que é necessário aprender e saber fazer.

REFERENCIAL DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

As rubricas podem ser utilizadas no contexto da avaliação formativa - avaliação para as aprendizagens -, para distribuir *feedback* de elevada qualidade, na medida em que permitem obter informação de qualidade acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer, melhorando os seus processos de autorregulação e os seus desempenhos escolares.

Podem igualmente ser utilizadas no contexto da avaliação sumativa - avaliação das aprendizagens -, para que, num dado momento, se possa fazer um balanço ou um ponto de situação acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer. Para a atribuição de classificação, procede-se à atribuição e distribuição de ponderações pelos critérios definidos e que são integrados nas rubricas.

Neste sentido, as rubricas que nos interessam neste âmbito inserem-se no contexto da avaliação pedagógica, pois são utilizadas nas salas de aula e podem contribuir para apoiar as aprendizagens dos alunos e o ensino dos professores através daquelas duas modalidades de avaliação.

A elaboração de rubricas deverá ter em conta os seguintes aspetos:

- a) A descrição geral da tarefa que é objeto de avaliação;
- b) Os domínios a avaliar ou a classificar;
- c) Os critérios de avaliação (transversais e da tarefa);
- d) Os níveis de descrição do desempenho relativamente a cada critério;
- e) A definição de uma escala que atribui a cada nível de desempenho uma dada menção.

Os professores devem produzir rubricas que promovam a autoavaliação, coavaliação e heteroavaliação das aprendizagens dos alunos, e que incluam os critérios transversais de avaliação em, pelo menos, uma das tarefas propostas em cada **unidade de trabalho** (a definir em departamento).

Em anexo ao presente documento, encontram-se três rubricas de avaliação que poderão ser tomadas como exemplo (**Anexo I**).

5. PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

Quer se trate da avaliação formativa, mais orientada para o feedback, quer se trate da avaliação sumativa, os alunos serão encarados como participantes ativos e comprometidos em todo o processo.

A participação conduz à autonomia progressiva do aluno, bem como à responsabilização pela sua aprendizagem. Ambos, professores e alunos, são responsáveis pelo processo de aprendizagem.

Deve reforçar-se a implementação de dinâmicas de autorregulação das aprendizagens, tendo por base os critérios de avaliação e respetivos descritores, com o propósito de envolver os alunos de forma sistemática e contínua no processo de avaliação. No quadro de uma avaliação formativa, a autoavaliação é uma das formas mais diretamente acessíveis de participação dos alunos nos processos de avaliação, correspondendo à concretização do desenvolvimento de competências de autonomia, reflexão e de autorregulação.

O papel dos diferentes intervenientes na avaliação formativa pode ser conceptualizada no esquema seguinte:

REFERENCIAL DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

	Para onde vai o aluno	Onde é que ao aluno se encontra agora	Como lá chegar
Professor	1. Clarificar os objetivos de aprendizagem e os critérios de sucesso	2. Implementar discussões efetivas na sala de aula e outras tarefas de aprendizagem que evidenciem a compreensão pelo aluno	3. Dar <i>feedback</i> que permita aos alunos avançar
Aluno	Compreender e partilhar os objetivos de aprendizagem e os critérios de sucesso	4. Implicar os alunos como responsáveis pela sua própria aprendizagem	
Par		5. Implicar os alunos como recursos de aprendizagem uns dos outros	

Para uma efetiva participação dos alunos nos processos de avaliação, aquela deve ser:

- a) *Contínua* - permitindo superar dificuldades, melhorar desempenhos e adotar ajustamentos;
- b) *Progressiva* – permitindo a gradual aquisição de competências de autorregulação das aprendizagens; pressupõe que os professores concebam estratégias de participação adequadas aos alunos;
- c) *Diferenciada* - devendo ser sensível à inclusão e favorecer formas diferenciadas e equitativas de implicação e de responsabilização dos alunos nas suas aprendizagens;
- d) *Criterial* – promovendo o envolvimento e a responsabilização dos alunos nas suas aprendizagens, tendo por base critérios de avaliação que sejam claros, compreensíveis e úteis para os alunos.

6. TÉCNICAS E PROCESSOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Um **processo de recolha de informação** é uma ação ou dinâmica de trabalho, formal ou informal, não estruturada ou estruturada, que se desenvolve para obter dados sobre as aprendizagens e as competências dos alunos. Tem como principal propósito obter dados para distribuir feedback de qualidade a todos os alunos. A sua utilização é formativa por natureza. No entanto, é necessário prever Processos de Recolha de Informação que gerem dados que sejam mobilizados para efeitos classificatórios.

Uma **técnica** de avaliação constitui uma forma de recolher informação, organizada de acordo com determinadas características. Pode-se sistematizar as diferentes formas de avaliar organizando-as em quatro técnicas de recolha de informação distintas: inquérito, observação, análise de conteúdo e testagem. Uma vez selecionada a técnica a usar, deve escolher-se o processo de recolha de informação.

Sugerem-se os seguintes Processos de Recolha de informação:

- Trabalho de projeto;
- Trabalho experimental;
- Relatório;
- Teste/ficha de avaliação ou questão-aula;
- Tarefa de resolução de problemas;
- Trabalho de pesquisa/investigação;
- Trabalho de grupo e/ ou pares;
- Portefólio de evidências de aprendizagem individual;
- Composição;
- Produção de pequenos textos/ reflexões;
- Elaboração de sínteses;
- Ensaio;
- Debate e/ou diálogo argumentativo;
- Intervenção oral;
- Autoavaliação;
- Grelha de observação.

A utilização dos Processos de Recolha de Informação rege-se pelos seguintes princípios:

- a) A *diversificação*: o teste de avaliação com fins classificatórios não pode ser o instrumento único ou privilegiado;
- b) A *clareza* na definição de objetivos e critérios;
- c) O *respeito* pelos critérios definidos no Referencial ou pelos critérios específicos definidos pelas disciplinas e/ou departamentos.

III. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO AEP

1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

As competências são combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes, e são centrais no perfil dos alunos, na escolaridade obrigatória.



Figura 2 – Esquema conceitual de competência adaptado de “The Future of Education and Skills: OECD Education 2030 Framework”, In: Global competency for an inclusive world, OECD, 2016.

Para avaliarmos o desenvolvimento das competências nos alunos, necessitamos de definir critérios de avaliação.

“Os critérios são designações que se selecionam através da análise cuidada dos elementos curriculares indispensáveis (e.g., Aprendizagens Essenciais, Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória) e que, em conjunto com os respetivos descritores, nos ajudam a identificar o que se considera serem as características ou os atributos que os desempenhos dos alunos devem ter quando estão a trabalhar numa dada tarefa de avaliação.” (Fernandes, 2021, p. 6).

Neste sentido, os critérios de avaliação podem ser uma ferramenta poderosa ao serviço das aprendizagens dos alunos, porque, *“através dos critérios e dos respetivos níveis de consecução, descritores, ficamos a saber o que é desejável que todos os alunos aprendam e sejam capazes de fazer, mas também a situação em que cada um se encontra relativamente a essa situação desejável.”* (Fernandes, 2021, p. 6).

Assim, através do uso de critérios, o professor pode explicitar claramente os propósitos de cada tarefa que propõe, facilitando muito a interação/negociação formativa professor-aluno, que deve anteceder o início das tarefas e acompanhar a ação educativa em torno destas, como forma de fazer coincidir, tanto quanto possível, a aprendizagem com o ensino e a avaliação (Ferraz et al., 1994).

2. OPERACIONALIZAÇÃO

São Critérios de Avaliação Transversais do Agrupamento de Escolas de Pombal:

Descritores de desempenho					
Critérios	Muito Bom	4	Suficiente	2	Muito Insuficiente
	5		3		1
Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> Domina claramente as aprendizagens essenciais previstas por domínio/ tema. Faz claras referências científicas e a autores, sempre de forma correta e contextualizada. Transforma claramente a informação em conhecimento. Utiliza e domina sempre instrumentos diversificados para pesquisar, descrever, avaliar, validar e mobilizar informação, de forma crítica e autónoma, verificando diferentes fontes documentais e a sua credibilidade. Revela clara capacidade de análise e de síntese, com total apropriação do tema. 	Nível Intermediário	<ul style="list-style-type: none"> Domina suficientemente as aprendizagens essenciais previstas por domínio/ tema. Faz suficientes referências científicas e a autores de forma nem sempre correta e contextualizada. Transforma suficientemente a informação em conhecimento. Utiliza e domina com regularidade instrumentos diversificados para pesquisar, descrever, avaliar, validar e mobilizar informação, de forma crítica e autónoma, verificando diferentes fontes documentais e a sua credibilidade. Revela suficiente capacidade de análise e de síntese, com suficiente apropriação do tema. 	Nível Intermediário	<ul style="list-style-type: none"> Não domina as aprendizagens essenciais previstas por domínio/ tema. Não faz referências científicas e a autores, de forma correta e contextualizada. Não transforma a informação em conhecimento. Não utiliza instrumentos diversificados para pesquisar, descrever, avaliar, validar e mobilizar informação, de forma crítica e autónoma, verificando diferentes fontes documentais e a sua credibilidade. Não revela capacidade de análise e de síntese, nem apropriação do tema.
	<ul style="list-style-type: none"> Revela total compreensão do problema, estabelecendo relações/conexões entre os dados; Mobiliza, com claro sentido crítico, os conhecimentos aprendidos perante novas situações apresentadas. Desenvolve sempre ideias e projetos adequados ao contexto como resultado da reflexão pessoal. Identifica claramente áreas de interesse e de necessidade de aquisição de novas competências. Mobiliza, sempre com autonomia, as aprendizagens para a construção da sua estratégia de resolução de problemas e/ou concretização de projetos/produtos. Utiliza claramente as estratégias e ferramentas adequadas para resolver o problema. Manifesta clara perseverança perante as dificuldades. 		Nível Intermediário		<ul style="list-style-type: none"> Revela parcial compreensão do problema, nem sempre estabelecendo relações entre os dados; Mobiliza, com suficiente sentido crítico, os conhecimentos aprendidos perante novas situações apresentadas. Desenvolve às vezes ideias e projetos adequados ao contexto como resultado da reflexão pessoal. Identifica às vezes áreas de interesse e de necessidade de aquisição de novas competências. Nem sempre mobiliza com autonomia, as aprendizagens para a construção da sua estratégia. Utiliza suficientemente as estratégias e ferramentas adequadas para resolver o problema. Manifesta suficiente perseverança perante as dificuldades.

REFERENCIAL DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

<p>Comunicação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Exprime-se sempre com rigor, correção e coerência nas diferentes linguagens, associadas aos diferentes domínios e contextos de comunicação. • Mobiliza com eficácia diferentes linguagens não-verbais. • Argumenta e defende ideias, com muita facilidade. • Manifesta claras competências associadas ao relacionamento interpessoal, em contexto da realização de tarefas colaborativas. 	<p>Nível Intermediário</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exprime-se com suficiente rigor, correção e coerência nas diferentes linguagens, associadas aos diferentes domínios e contextos de comunicação. • Mobiliza com alguma eficácia diferentes linguagens não-verbais. • Argumenta e defende ideias, com algumas facilidade. • Manifesta suficientes competências associadas ao relacionamento interpessoal, em contexto da realização de tarefas colaborativas. 	<p>Nível Intermediário</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não se exprime com correção nas diferentes linguagens, associadas aos diferentes domínios e contextos de comunicação. • Não mobiliza linguagens não-verbais. • Não argumenta nem defende ideias. • Não manifesta competências associadas ao relacionamento interpessoal, em contexto da realização de tarefas colaborativas.
<p>Consciência</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adota sempre comportamentos que promovem a saúde e o bem-estar; • Manifesta sempre consciência e responsabilidade ambiental e social; • Valoriza sempre o papel das várias formas de expressão artística e do património material e imaterial na vida e na cultura das comunidades; • Aplica sempre conhecimentos adquiridos, na tomada de decisão informada em iniciativas de participação cidadã; • Revela sempre consciência e domínio do corpo. 	<p>Nível Intermediário</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adota com alguma regularidade comportamentos que promovem a saúde e o bem-estar; • Nem sempre manifesta consciência e responsabilidade ambiental e social; • Valoriza com frequência o papel das várias formas de expressão artística e do património material e imaterial na vida e na cultura das comunidades; • Aplica com alguma regularidade conhecimentos adquiridos, na tomada de decisão informada em iniciativas de participação cidadã; • Revela com frequência consciência e domínio do corpo. 	<p>Nível Intermediário</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não adota comportamentos que promovem a saúde e o bem-estar; • Não manifesta consciência e responsabilidade ambiental e social; • Não valoriza o papel das várias formas de expressão artística e do património na vida e na cultura das comunidades; • Não aplica conhecimentos adquiridos, na tomada de decisão informada em iniciativas de participação cidadã; • Não revela consciência e domínio do corpo.
<p>Criatividade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta sempre ideias e soluções inovadoras. • Mobiliza, sempre com criatividade, as aprendizagens para a construção da sua estratégia de resolução de problemas e/ou concretização de projetos/produtos. • Participa sempre de forma criativa no desenvolvimento de diferentes projetos. • Utiliza sempre os diversos suportes comunicativos, discursivos, textuais, audiovisuais e/ou digitais de forma criativa e inovadora. 	<p>Nível Intermediário</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresenta às vezes ideias e soluções inovadoras. • Mobiliza às vezes, com criatividade, as aprendizagens para a construção da sua estratégia. • Nem sempre participa de forma criativa no desenvolvimento de diferentes projetos. • Utiliza às vezes os diversos suportes comunicativos, discursivos, textuais, audiovisuais e/ou digitais de forma criativa e inovadora. 	<p>Nível Intermediário</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não apresenta ideias e soluções inovadoras. • Não mobiliza, com criatividade, as aprendizagens para a construção da sua estratégia. • Não participa de forma criativa no desenvolvimento de diferentes projetos. • Não utiliza os diversos suportes comunicativos, discursivos, textuais, audiovisuais e/ou digitais de forma criativa e inovadora.

IV. POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO DO AEP

As políticas de classificação e atribuição de notas devem ser pensadas de forma a contribuírem para motivar os esforços e a aprendizagem dos alunos.

A classificação final é pontual, mas deve refletir o nível de desempenho/realização do aluno, ao longo do ano letivo, tendo como referência as orientações previstas no currículo, nomeadamente as que constam nas Aprendizagens Essenciais e no PASEO.

O sistema de classificação a implementar rege-se pelos princípios a seguir enumerados:

1. Anualmente, são revistos e aprovados no Conselho Pedagógico os Critérios de Ponderação por disciplina, que integram os descritores de desempenho, organizam a avaliação por domínios e selecionam os processos de recolha de informação.
2. Os professores das diferentes disciplinas devem dar a conhecer aos alunos, no início de cada ano letivo, os Critérios de Ponderação definidos para a sua disciplina. A escola deverá divulgá-los aos encarregados de educação na página do AEP.
3. Cada docente utiliza os processos de recolha de informação que melhor se adequam ao perfil de cada turma e/ou aluno, de entre o leque disponível nos Critérios de Ponderação da(s) sua(s) disciplina(s).
4. Atendendo às vantagens inerentes à diversificação das técnicas e dos processos de recolha de informação, cada docente deverá utilizar, no mínimo, três processos distintos, de pelo menos duas técnicas diferentes, por semestre.

REFERENCIAL DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

5. Todos os processos de recolha de informação realizados no âmbito de um determinado domínio têm a mesma valorização.
6. A gestão do processo de conceção dos testes e demais processos de recolha de informação, com fins classificativos, deve ser reformulada de modo que:
- Se proceda a uma distribuição equilibrada e/ou mais equitativa das cotações;
 - As questões sejam consistentes com o que foi ensinado, não devendo ser formuladas questões cujo conteúdo não foi devidamente trabalhado com os alunos;
 - Não devem ser formuladas questões que exijam a mobilização de conhecimentos, capacidades ou procedimentos que não foram devidamente tratados nas aulas;
 - Relativamente a um determinado conteúdo, devem ser formuladas questões com graus diferenciados de dificuldade;
 - Deve haver uma congruência entre o nível de dificuldade das questões formuladas e o nível de dificuldade que foi abordado durante o processo de ensino;
 - As questões efetuadas permitam avaliar as aprendizagens que realmente se pretendem avaliar;
 - Se assegure que todos os alunos compreendem o que se pretende, formulando as questões com clareza;
 - As questões formuladas não podem ser ambíguas, ou seja, os alunos deverão compreender exatamente o que se pretende;
 - Devem ser utilizadas diferentes tipologias de perguntas (por exemplo, perguntas de escolha múltipla; perguntas de ordenação; perguntas de associação; perguntas de verdadeiro/falso; perguntas de resposta curta; perguntas de resposta longa);
 - No contexto da utilização de rubricas, deve garantir-se que todos os alunos compreendem o que se pretende e, sempre que possível, envolvê-los na definição de critérios da tarefa, ponderações e descritores.
7. O nível/ a menção/ a classificação a atribuir no final de cada semestre deve ter em conta o resultado de todos os PRI com fins classificatórios realizados até ao momento, ponderando o progresso dos alunos.

Deve ser adotada a seguinte Escala de Classificação:

Nos PRI				Em final de semestre		
Menção (1º CEB)	Menção/Percentagem (2º e 3ºCEB)		Valores (Ensino secundário)	Menção (1º CEB)	Nível (2º e 3ºCEB)	Valores (Ensino secundário)
Insuficiente	Muito insuficiente	0-19 %	[0, 4[Insuficiente	1	1 a 4
	Insuficiente	20-49 %	[4, 10[2	4 a 9
Suficiente	Suficiente	50-69 %	[10, 14[Suficiente	3	10 a 13
Bom	Bom	70-89 %	[14, 18[Bom	4	14 a 17
Muito Bom	Muito Bom	90-100 %	[18, 20]	Muito Bom	5	18 a 20

V. CRITÉRIOS DE TRANSIÇÃO EM ANOS NÃO TERMINAIS DE CICLO | 5.º, 7.º e 8.º anos

Os critérios de transição e aprovação regem-se pela legislação em vigor. Nos anos não terminais dos segundo e terceiro ciclos, na tomada de decisão, o Conselho de Turma tem em conta os critérios de transição aprovados em Conselho Pedagógico (**Anexo II**).

1ª Versão: Documento aprovado em reunião de Conselho Pedagógico realizada no dia 12 de julho de 2023

2ª Versão: Alterações introduzidas nas páginas 4 e 12. Aprovado em reunião do Conselho Pedagógico realizada no dia 28 de junho de 2024.

Apreciado em reunião de Conselho Geral, realizada no dia 17 de julho de 2024.

O Presidente do Conselho Geral

Assinado por: **ARLINDO MARTINS ARAÚJO**

Num. de Identificação: B1073778540

Data: 2024.07.18.15:36:33+01'00'

Dr. Arlindo Araújo